

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. JÚNIOR MANO)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de determinadas informações de utilidade pública por parte das pessoas jurídicas que discrimina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de determinadas informações de utilidade pública por parte das pessoas jurídicas que discrimina.

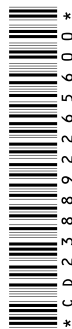
Art. 2º As pessoas jurídicas de direito público e privado com quem o Estado Brasileiro celebre contratos ou convênios e para quem direcione recursos públicos, por meio de benefícios fiscais ou qualquer outra forma em direito admitido, ficam obrigadas a divulgar diariamente:

I – imagens de pelo menos uma pessoa inserida no Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas de que trata a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019; e

II - campanhas na área de saúde do Governo Federal.

Parágrafo único. Por imagens, entendem-se fotos, retratos falados, vídeos ou quaisquer outras mídias capazes de contribuir para o deslinde do correspondente caso de desaparecimento.

Art. 3º A divulgação das informações de utilidade pública mencionadas no art. 2º deve ser realizada de forma clara, objetiva e acessível, utilizando os canais de comunicação oficiais da entidade, tais como sites institucionais, perfis em redes sociais e outros meios de comunicação utilizados.



Art. 4º A pessoa jurídica responsável pela divulgação das informações deve garantir que as imagens e os dados das pessoas desaparecidas sejam obtidos e utilizados de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), evitando a exposição ilimitada dos indivíduos e respeitando a privacidade e proteção dos mesmos.

Art. 5º A divulgação de campanhas na área de saúde do Governo Federal deve obedecer às diretrizes e às orientações fornecidas pelo Ministério da Saúde, visando à disseminação de informações relevantes para a prevenção e a promoção da saúde da população.

Parágrafo único. Deve ser dada especial atenção, no seio da divulgação mencionada no *caput*, às informações destinadas a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e ao fortalecimento de sua cidadania.

Art. 6º As pessoas jurídicas mencionadas no art. 1º serão responsáveis por manter registro das divulgações realizadas, incluindo a data, a imagem da pessoa desaparecida divulgada e a campanha de saúde compartilhada.

Parágrafo único. O registro citado no *caput* deverá estar disponível para consulta pública em pelo menos um dos meios de divulgação mencionados no art. 3º.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem como objetivo primordial estabelecer canal efetivo de colaboração com as entidades que recebem recursos públicos ou benefícios fiscais, visando à ampla divulgação de informações de utilidade pública que repercutam diretamente no bem-estar e segurança da população.



A divulgação periódica de dados acerca de pessoas desaparecidas, aliada à promoção de campanhas do Ministério da Saúde, através dos meios de comunicação dessas entidades, representa um notável avanço na disseminação de informações relevantes e de amplo alcance. Essas iniciativas se convertem em valiosos instrumentos para estimular o engajamento da sociedade, propiciando respostas rápidas e eficazes em situações de urgência.

O histórico alarmante de desaparecimentos, quantificado entre os anos de 2019 e 2021, nos alerta sobre a necessidade premente de realização de ações que reverberem diretamente na busca por soluções e na localização de pessoas desaparecidas.

É importante ressaltar que a grande maioria dos casos que envolvem pessoas de classes menos favorecidas não recebem a atenção merecida, a não ser em situações de grande violência, o que reflete o descaso por parte do Poder Público.

Casos emblemáticos, como o de Araceli, no Espírito Santo, ou a chacina de Acari, em 1990, ilustram esse triste cenário. Assim, o primeiro Mapa dos Desaparecimentos no Brasil, divulgado pela FBSP, lançou luz sobre a necessidade de uma visão mais abrangente sobre esse fenômeno.

Dado o exposto, a divulgação sistemática de informações concernentes a pessoas desaparecidas em redes sociais e a disseminação das campanhas de saúde do Governo Federal abrem uma nova era de sensibilização e mobilização da sociedade.

A força das redes sociais como mecanismo de difusão torna-se inquestionável e, ao empregar tais plataformas para a divulgação de informações tão relevantes, as entidades envolvidas assumem um papel crucial na disseminação da conscientização e da busca por soluções conjuntas.

Além disso, o comprometimento com a proteção de dados e a privacidade, conforme preconizado na Lei Geral de Proteção de Dados, é um valor irrevogável. A divulgação responsável e ética das imagens e dados das pessoas desaparecidas é um princípio essencial para garantir sua proteção e preservar seus direitos. Ademais, a promoção da acessibilidade é um ponto vital para garantir que todas as campanhas de saúde sejam inclusivas e



alcancem as mais variadas parcelas da população, independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas.

Portanto, a aprovação deste projeto de lei fortalecerá o elo entre as entidades públicas e privadas e a sociedade, promovendo o interesse coletivo e estimulando a solidariedade em prol de um país mais seguro, informado e acessível.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado JÚNIOR MANO

